

Martinho Lutero

Obras Seleccionadas

Volume 1
Os Primórdios
Escritos de 1517 a 1519

2ª Edição

SBD-FFLCH-USP



324255

**Comissão Interluterana de Literatura
São Leopoldo**

Co-Editoras

Editora Sinodal
São Leopoldo

Concórdia Editora
Porto Alegre

Editora da Ulbra
Canoas

2004

284.1
L9730P
v. 1
2. ed.

NS: 1712283

© Comissão Interluterana de Literatura, formada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil:

Caixa Postal 11
93001-970 São Leopoldo - RS - Tel. (51) 590-2366
Homepage: www.lutero.com.br - e-mail: cil@est.com.br

em co-edição com:

EDITORA SINODAL
Caixa Postal 11
93001-970 São Leopoldo/RS
Homepage: www.editorasinodal.com.br
E-mail: editora@editorasinodal.com.br

CONCÓRDIA EDITORA
Caixa Postal 3230
90001-970 Porto Alegre/RS
Homepage: www.editoraconcordia.com.br
E-mail: editora@editoraconcordia.com.br

EDITORA DA ULBRA
Rua Miguel Tostes, 101 - Bairro São Luís
92420-280 Canoas/RS
Homepage: www.editoradaulbra.com.br
E-mail: editora@ulbra.br

Comissão Interluterana de Literatura

Arnildo Figur, Dieter J. Jagnow, Gerhard Grasel, Harald Malschitzky, João A. Müller da Silva, Wilhelm Wachholz

Comissão Editorial "Obras de Lutero"

Albérico E. G. F. Baeske, Martim C. Warth, Nestor L. J. Beck, Ricardo W. Rieth

Tradutores

Annemarie Höhn, Ilson Kayser, Luís M. Sander, Martinho L. Hasse

Editor deste volume

Ilson Kayser

Cip - Brasil Catalogação na Publicação

L973m LUTERO, Martinho
Martinho Lutero: obras selecionadas, v.1, Os primórdios - Escritos de 1517 a 1519 / Martinho Lutero; tradução Annemarie Höhn et al. - 2. ed - São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, Canoas: Ulbra, 2004.

16x23,5 cm.; 470p.

Série: Martinho Lutero - Obras selecionadas

ISBN Série 85-233-0124-0

ISBN Volume 85-233-0517-3

1. Luteranismo. 2. História da Igreja. I. Höhn, Annemarie. II. Título.

CDU 270

Catalogação na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima - CRB 10/1273

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900049273

Sumário

Apresentação	7
Introdução Geral	9
Debate sobre a Teologia Escolástica	13
Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências	21
Um Sermão sobre a Indulgência e a Graça	31
O Debate de Heidelberg	35
Explicações do Debate sobre o Valor das Indulgências	55
Sermão sobre o Poder da Excomunhão	191
Relato do Fr. Martinho Lutero, Agostiniano, sobre o Encontro com o Sr. Legado Apostólico em Augsburg	199
Apelação do Fr. Martinho Lutero ao Concílio	227
Uma Breve Instrução sobre Como Devemos Confessar-nos	233
Sermão sobre as Duas Espécies de Justiça	241
Um Sermão sobre a Contemplação do Santo Sofrimento de Cristo	249
Debate e Defesa do Fr. Martinho Lutero contra as Acusações do Dr. João Eck	257
Comentário de Lutero sobre a 13ª Tese a respeito do Poder do Papa (Enriquecido pelo Autor)	267
Comentários de Lutero sobre suas Teses Debatidas em Leipzig	333
Um Sermão sobre a Preparação para a Morte	385
Sermões sobre os Sacramentos	399
Um Sermão sobre o Sacramento da Penitência	401
Um Sermão sobre o Santo, Venerabilíssimo Sacramento do Batismo ...	413
Um Sermão sobre o Venerabilíssimo Sacramento do Santo e Verdadeiro Corpo de Cristo e sobre as Irmandades	425
Índices	447

Debate sobre a Teologia Escolástica¹

INTRODUÇÃO

A teologia medieval ou escolástica baseava-se amplamente no pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.), um dos mais importantes filósofos da antiga Grécia. Era comum dizer-se que a filosofia em geral é a serva da teologia² e que, sem Aristóteles, ninguém pode ser teólogo³. Formaram-se as correntes ou “escolas” dos tomistas, seguidores do dominicano italiano Tomás de Aquino (1225-1274), dos escotistas, seguidores do franciscano escocês João Duns Escoto (aproximadamente 1270-1308)⁴, e dos occamistas, seguidores do franciscano inglês Guilherme de Occam (aproximadamente 1285-1349)⁵, sendo esta última corrente também chamada de “via moderna”.

Na Universidade de Erfurt, Lutero foi educado segundo os padrões filosófico-teológicos do occamismo. Cedo, porém, começou a ficar insatisfeito com a maneira escolástica de fazer teologia. Como professor de interpretação da Bíblia, desde 1512, na recém-fundada (1502) Universidade de Wittenberg, aprofundou-se no estudo da Sagrada Escritura. Em busca de alternativas, encontrou importante ajuda nos escritos de Agostinho (354-430), bispo de Hipona, na África do Norte, um dos maiores pensadores de toda a história da teologia cristã. Agostinho era patrono da Universidade de Wittenberg, e seu pensamento foi de grande importância para a Ordem dos Agostinianos Eremitas, à qual Lutero pertenceu. A partir de critérios tomados da Bíblia e de Agostinho, Lutero percebeu que a teologia estava acorrentada no cativeiro da escolástica, impossibilitada de articular adequadamente a questão essencial da fé cristã, ou seja, graça e justificação, Deus em seu relacionamento com o ser humano e vice-versa. As verdades da fé não podem ser compreendidas em toda a sua profundidade mediante a aplicação das regras da lógica filosófica. A teologia precisava ser libertada, sobretudo da “ditadura” de Aristóteles, a quem, certa vez, Lutero caracterizou como “esse palhaço que, com sua máscara grega, tanto enganou a Igreja”⁶. O método teológico alternativo era o do paradoxo: afirmações que a lógica tradicional considerava paradoxais passaram a ser usadas para expressar adequadamente as verdades cristãs.

Lutero tornou-se o mentor espiritual da nova maneira de fazer teologia. Convenceu seus colegas da Faculdade de Teologia da necessidade de substituir as matérias tradicionais por outras, mais adequadas para conduzir os alunos ao centro da fé cristã. Em maio de 1517, escreveu a seu amigo João Lang, em Erfurt, que “nossa teologia e Agostinho progridem bem, com a ajuda de Deus, e predominam em nossa universidade”.

1 *Disputatio contra scholasticam theologiam*, WA 1,224-8. Tradução de Walter O. Schlupp.

2 *Philosophia ancilla theologiae*.

3 Cf. a tese 43 deste escrito.

4 Um dos mais brilhantes pensadores escolásticos. Lecionou em Paris, na Inglaterra e em Colônia (Alemanha).

5 Iniciador do nominalismo (v. nota 23 *infra*) dos sécs. XIV/XV e da corrente filosófico-teológica da “via moderna”. Um dos mais fiéis adeptos de sua teologia foi Gabriel Biel (v. nota 8 *infra*). Occam lecionou em Paris e faleceu na Alemanha como refugiado.

6 Carta a João Lang, de 8 de fevereiro de 1517 (WA Br 1,88,17s. - n.º 34).

de. Aristóteles decai pouco a pouco e está sendo arruinado.”⁷

Na universidade havia regularmente debates públicos sobre séries de teses formuladas especialmente para essa finalidade. Quem pretendia adquirir qualquer grau acadêmico precisava demonstrar sua capacidade intelectual participando de tal debate. Como as teses não se destinavam à publicação, proporcionavam a oportunidade de apresentar idéias novas sem o risco de uma intervenção imediata das autoridades eclesiásticas. Para o debate de seu discípulo Francisco Günther, pretendente ao título de bacharel em Estudos Bíblicos, Lutero resumiu, em 97 teses claras e radicais, sua crítica a todo o sistema da teologia escolástica. As teses, redigidas entre 21 de agosto e 4 de setembro de 1517, dirigem-se sobretudo contra Gabriel Biel⁸ e sua concepção da capacidade natural do ser humano (teses 5 a 36), bem como contra a concepção de justiça de Aristóteles e o papel do mesmo na teologia (teses 37 a 53), tratando também da relação existente entre graça, obediência, livre arbítrio e amor (teses 54 a 97). O debate realizou-se em 4 de setembro de 1517. Sobre seu conteúdo nada sabemos, mas o título de bacharel em Estudos Bíblicos foi conferido a Francisco Günther por unanimidade.

Lutero mandou as teses também para Erfurt e Nürnberg. Estava ansioso para conhecer a reação de outros. Chegou a se prontificar a ir pessoalmente a Erfurt para defender publicamente seu ataque aos fundamentos da escolástica. Seus ex-professores, no entanto, não lhe responderam diretamente. Como soube mais tarde, haviam comentado que Lutero era arrogante e condenava precipitadamente os que divergiam de sua teologia. Entre os jovens, porém, as críticas de Lutero foram recebidas como um ato de libertação das verdades bíblicas de seu cativo aristotélico-escolástico. Na evolução de Lutero, as teses representam a fase da crítica. São o mais importante testemunho escrito de seu rompimento com a escolástica e, assim, com seu próprio passado teológico. Ainda não apresentam o programa de uma teologia alternativa. Entretanto, com as teses, Lutero removeu definitivamente os obstáculos no caminho em direção a uma teologia autêntica, que chega ao “interior da noz” e à “medula dos ossos”⁹. Seu amigo Cristóvão Scheurl, de Nürnberg, respondeu-lhe, acertadamente, em 4 de novembro daquele ano, após ter recebido as teses: “Restaurar a teologia de Cristo!”

É provável que as teses tenham sido originalmente impressas em forma de cartaz para poderem ser afixadas em Wittenberg, nos lugares destinados a esse fim. Não se conhece nenhum exemplar do original. Só nas reedições as teses estão numeradas; contam-se entre 97 e 100 teses. Os editores modernos preferem contar 97 teses.

Joachim Fischer

0

7 Carta de 18 de maio de 1517 (WA Br 1,99,8-10 - n.º 41).

8 Aproximadamente 1410-1495. Natural da Alemanha, ocupou diversos cargos eclesiásticos, lecionou na Universidade de Tübingen (1484-1492) e escreveu um livro didático de teologia, de ampla divulgação. Seu pensamento teve grande importância para a formação teológica de Lutero.

9 Carta a João Braun, vigário em Eisenach, de 17 de março de 1509 (WA Br 1,17,43s. - n.º 5).

Pelas teses abaixo responderá, em local e data a serem determinados ainda, o mestre¹⁰ Francisco Günther, de Nordhausen, para obtenção do grau de bacharel em Estudos Bíblicos¹¹, sob a presidência do reverendo padre Martinho Lutero, agostiniano, decano da Faculdade de Teologia de Wittenberg.

1. Dizer que Agostinho¹² se excede ao atacar os hereges é dizer que Agostinho quase sempre teria mentido. Contra a opinião geral.

2. Isto é o mesmo que oferecer aos pelagianos¹³ e a todos os hereges uma oportunidade de triunfo ou mesmo uma vitória;

3. e é o mesmo que expor ao deboche a autoridade de todos os mestres da Igreja.

4. Por isso, é verdade que o ser humano, sendo árvore má¹⁴, não pode senão querer e fazer o mal.

5. Está errado que o desejo é livre para optar por qualquer uma de duas alternativas opostas; pelo contrário: ele não é livre, e sim cativo. Contra a opinião comum.

6. Está errado que, por natureza, a vontade possa conformar-se ao ditame correto. Contra Duns Escoto e Gabriel Biel.

7. Na verdade, sem a graça de Deus, a vontade suscita necessariamente um ato desconforme e mau.

8. Não se segue daí, entretanto, que ela seja má por natureza, isto é, pertencente ao mal por natureza, conforme pretendem os maniqueus¹⁵.

9. Mesmo assim, por natureza e inevitavelmente ela é má e de natureza viciada.

10. Admite-se que a vontade não é livre para tender para aquilo que lhe parece bom segundo a razão. Contra Duns Escoto e Gabriel Biel.

11. Ela também não tem a capacidade de querer ou não querer o que quer que se lhe apresente.

12. Dizer isto tampouco é contra o B. Agostinho, que diz: Nada está tanto dentro da capacidade da vontade quanto a própria vontade.

13. Absurdíssima é a consequência de que o ser humano em erro pode amar a criatura acima de tudo e, portanto, também a Deus. Contra Duns Escoto e Gabriel Biel.

10 A universidade conferia os títulos de bacharel, mestre e doutor. Francisco Günther já obtivera o grau de mestre na Faculdade de Artes Liberais, uma espécie de curso básico para todos os estudantes.

11 Grau conferido pela Faculdade de Teologia. O bacharel em Estudos Bíblicos estava habilitado a dar aulas sobre a Bíblia.

12 Cf. a introdução a este escrito.

13 Adeptos do asceta britânico Pelágio (m. depois de 418), que viveu durante muito tempo em Roma. Afirmou que o cristão é capaz de chegar à perfeição através do cumprimento da lei de Deus e rejeitou a doutrina do pecado original. O pelagianismo foi várias vezes condenado como heresia.

14 Cf. Mt 7.17.

15 Adeptos do persa Mâni (216—provavelmente 276), fundador de uma religião que se espalhou por todo o Império Romano. Sua característica principal era o dualismo acentuado entre o bem e o mal (ou a luz e as trevas).

14. Não é de estranhar que ela pode conformar-se ao ditame errôneo e não ao correto.

15. Pelo contrário, é característica sua conformar-se exclusivamente ao ditame errado e não ao correto.

16. Preferível é esta consequência: o ser humano em erro pode amar a criatura; portanto, é impossível que ame a Deus.

17. Por natureza, o ser humano não consegue querer que Deus seja Deus; pelo contrário, quer que ele mesmo seja Deus e que Deus não seja Deus.

18. Amar a Deus, por natureza, sobre todas as coisas, é uma ficção, uma quimera, por assim dizer. Contra a opinião quase geral.

19. Também não tem validade o pensamento de Escoto a respeito do valente cidadão que ama a coisa pública mais do que a si mesmo.

20. Um ato de amizade não provém da natureza, mas da graça preveniente. Contra Gabriel Biel.

21. Nada há na natureza senão atos de concupiscência contra Deus.

22. Todo ato de concupiscência contra Deus é um mal e uma prostituição do espírito.

23. Também não é verdade que um ato de concupiscência pode ser posto em ordem pela virtude da esperança. Contra Gabriel Biel.

24. Isto porque a esperança não é contrária ao amor, que somente busca e deseja o que é de Deus.

25. A esperança não vem de méritos, mas de sofrimentos que destroem méritos. Contra a prática de muitos.

26. O ato de amizade não é a forma mais perfeita de fazer o que está em si¹⁶, nem a mais perfeita disposição para a graça de Deus, nem uma forma de se converter e de se aproximar de Deus.

27. Ele é, isto sim, um ato de uma conversão já realizada, temporalmente e por natureza posterior à graça.

28. “Tornai-vos para mim, e eu me tornarei para vós outros.” [Zc 1.3.] “Chegai-vos a Deus, e ele se chegará a vós outros.” [Tg 4.8.] “Buscai e achareis.” [Mt 7.7.] “Quando me buscardes, serei achado de vós.” [Jr 29.13s.] — Afirmar, a respeito destas e de outras passagens semelhantes, que uma parte cabe à natureza e a outra à graça, não é outra coisa que sustentar o que disseram os pelagianos.

29. A melhor e infalível preparação e a única disposição para a graça é a eleição e predestinação eterna de Deus.

30. Da parte do ser humano, entretanto, nada precede à graça senão in-

16 *Facere quod est in se*, no original: “fazer (tudo) o que se é capaz de fazer”. Trata-se da idéia de que Deus dá sua graça a quem faz o que é capaz de fazer. Essa idéia está presente tanto na teologia como na religiosidade popular da Idade Média. Fazendo o que é capaz de fazer, o ser humano prepara-se para o recebimento da graça de Deus. Segundo Tomás de Aquino, o ser humano só pode fazê-lo movido pela graça divina. Para Alexandre de Hales (por volta de 1170-1245), natural da Inglaterra e desde aproximadamente 1231 franciscano, quem faz o que é capaz de fazer é igual a uma pessoa que abre a janela: não acende a luz no quarto nem o ilumina, mas faz com que a luz possa entrar nele para iluminá-lo.

disposição e até mesmo rebelião contra a graça.

31. Invençioneie vaníssima é a afirmação de que o predestinado pode ser condenado separando-se os conceitos, mas não combinando-os¹⁷. Contra os escolásticos.

32. Igualmente não resulta nada da afirmação de que a predestinação é necessária pela necessidade da consequência, mas não pela necessidade do consequente¹⁸.

33. Falsa é também a tese de que fazer o que está em si equivale a remover os obstáculos que se opõem à graça. Contra determinados teólogos.

34. Em suma, a natureza não tem nem ditame correto nem vontade boa.

35. Não é verdade que a ignorância irremediável¹⁹ exime de toda culpa. Contra todos os escolásticos.

36. Porque a ignorância de Deus, de si mesmo e do que são boas obras sempre é irremediável para a natureza.

37. A natureza até necessariamente se vangloria e orgulha por dentro da obra que, na aparência e exteriormente, é boa.

38. Não existe virtude moral sem orgulho ou tristeza, isto é, sem pecado.

39. Não somos senhores dos nossos atos desde o princípio até o fim, e sim escravos. Contra os filósofos.

40. Não nos tornamos justos por realizarmos coisas justas; é tendo sido feitos justos que realizamos coisas justas. Contra os filósofos.

41. Quase toda a *Ética* de Aristóteles²⁰ é a pior inimiga da graça. Contra os escolásticos.

42. É um erro dizer que a concepção de felicidade de Aristóteles não contraria a doutrina católica. Contra os moralistas.

43. É um erro dizer que, sem Aristóteles, ninguém se torna teólogo. Contra a opinião geral.

44. Muito pelo contrário, ninguém se torna teólogo a não ser sem Aristóteles.

45. Dizer que o teólogo que não é um lógico é um monstruoso herege, é uma afirmação monstruosa e herética. Contra a opinião geral.

17 O que significa separar e combinar os conceitos pode ser mostrado através do seguinte exemplo: “Quem dorme, pode estar acordado” é uma afirmação correta “separando-se os conceitos”, pois um ser humano pode dormir e estar acordado em momentos diferentes. Mas é uma afirmação errada “combinando-se os conceitos”, pois ninguém pode dormir e estar acordado ao mesmo tempo.

18 “Necessidade da consequência” quer dizer, neste contexto: aquilo que Deus quer, acontece necessariamente; quem for predestinado por Deus, será necessariamente salvo. “Necessidade do consequente” quer dizer: não se pode demonstrar que *determinada* pessoa necessariamente tivesse que ser predestinada por Deus.

19 *Ignorantia invincibilis*, no original. Por “ignorância irremediável” os teólogos escolásticos entendiam o fato de que obstáculos intransponíveis impedem uma pessoa de conhecer o verdadeiro e único caminho da salvação, que é indicado pela Igreja de Roma. Tal ignorância, diziam, não é pecado; conseqüentemente, exime de toda culpa. Além disso conheciam a “ignorância grave”, que exime de grande parte de culpa, e a “ignorância intencional”, cuja consequência é uma culpa maior.

20 Cf. a introdução a este escrito.

46. É em vão que se forja uma lógica da fé, uma suposição sem pé nem cabeça. Contra os dialéticos recentes.

47. Nenhuma fórmula silogística subsiste em questões divinas. Contra o cardeal Pedro d'Ailly²¹.

48. Mesmo assim, não se segue daí que a verdade do artigo sobre a Trindade contraria as fórmulas silogísticas. Contra aqueles e contra o cardeal.

49. Se uma fórmula silogística subsistisse em questões divinas, o artigo sobre a Trindade seria conhecido, em vez de ser crido.

50. Em suma, todo o Aristóteles está para a teologia como as trevas estão para a luz. Contra os escolásticos.

51. É altamente duvidoso que os latinos tenham uma opinião correta sobre Aristóteles.

52. Teria sido bom para a Igreja se Porfírio²² com seus *universalia*²³ não tivesse nascido para os teólogos.

53. As definições mais correntes de Aristóteles parecem pressupor aquilo que pretendem provar.

54. Para o ato meritório basta a coexistência da graça; do contrário, a coexistência nada é. Contra Gabriel Biel.

55. A graça de Deus nunca coexiste de forma ociosa, mas é espírito vivo, ativo e operante; nem mesmo pelo poder absoluto de Deus pode suceder que haja um ato de amizade sem que a graça de Deus esteja presente. Contra Gabriel Biel.

56. Deus não pode aceitar o ser humano sem a graça justificante de Deus. Contra Occam.

57. Perigosa é a afirmação de que a lei preceitua que o cumprimento do preceito suceda dentro da graça de Deus. Contra o cardeal Pedro d'Ailly e Gabriel Biel.

58. Tal afirmação implica que ter a graça de Deus seria uma nova exigência além da lei.

59. Tal afirmação implica também que o cumprimento do preceito poderia ocorrer sem a graça de Deus.

60. Ela também implica que a graça de Deus se tornaria mais odiosa do que a própria lei o foi.

61. Disso não se infere que a lei deve ser guardada e cumprida na graça de Deus. Contra Gabriel Biel.

21 1350-1420, francês, lecionou na Universidade de Paris, tendo sido mais tarde nomeado bispo (1396 em Cambrai) e cardeal (1411). É um dos teólogos em cujos escritos Lutero se aprofundou como estudante universitário.

22 232/33-304/05, filósofo neoplatônico que, embora fosse inimigo do cristianismo, exerceu grande influência sobre o mesmo. Sua introdução aos escritos lógicos de Aristóteles, redigida em grego e traduzida para o latim, no séc. VI, por Boécio, foi o ponto de partida para a controvérsia medieval sobre os *universalia* (cf. a nota seguinte).

23 Conceitos genéricos. Na Idade Média discutiu-se a relação entre eles e as coisas reais e perceptíveis. O realismo platônico afirmava que os conceitos genéricos existem realmente, separados das coisas. Segundo o realismo aristotélico, os conceitos existem imanentes às coisas. Para o nominalismo, eles são meras abstrações das coisas concretas, abstrações essas produzidas pelo raciocínio humano.

62. Portanto, quem está fora da graça de Deus peca constantemente, mesmo não matando, não praticando adultério, não cometendo roubo.

63. A conclusão a ser tirada é que essa pessoa peca por cumprir a lei de forma não espiritual.

64. Não mata, não pratica adultério nem comete roubo espiritualmente quem não se ira nem cobiça.

65. Fora da graça de Deus é a tal ponto impossível não ser tomado de ira ou de cobiça, que nem mesmo na graça isso pode suceder de forma a cumprir perfeitamente a lei.

66. Não matar, não praticar adultério, etc. exteriormente e em ato concreto é justiça dos hipócritas.

67. Não cobiçar e não se encolerizar provém da graça de Deus.

68. Portanto, sem a graça de Deus é impossível cumprir a lei, seja de que maneira for.

69. Sim, por natureza, sem a graça de Deus, ela é mais transgredida ainda.

70. Para a vontade natural, a lei, que, em si, é boa, torna-se inevitavelmente má.

71. Sem a graça de Deus, a lei e a vontade são dois adversários implacáveis.

72. Aquilo que a lei quer, a vontade nunca quer, a menos que, por temor ou por amor, finja querê-lo.

73. A lei é o executor da vontade, que é superado apenas pelo "menino que nos nasceu" [Is 9.6].

74. A lei faz abundar o pecado, porque irrita e retrai de si mesma a vontade.

75. Mas a graça de Deus faz abundar a justiça através de Jesus Cristo, porque torna agradável a lei.

76. Toda obra da lei sem a graça de Deus parece boa exteriormente, mas interiormente é pecado. Contra os escolásticos.

77. Sem a graça de Deus, a mão está voltada para a lei do Senhor, mas a vontade está sempre afastada dela.

78. Sem a graça de Deus, a vontade se volta para a lei movida pela vantagem própria.

79. Malditos são todos os que praticam as obras da lei.

80. Benditos são todos os que praticam as obras da graça de Deus.

81. Quando não entendido de forma errônea, o capítulo *Falsas de pe. dis.* V²⁴ confirma que, fora da graça, as obras não são boas.

82. Não só as leis cerimoniais são leis não boas e preceitos nos quais não se vive. Contra muitos mestres.

83. Isto vale também para o próprio Decálogo e para tudo o que puder ser ensinado ou prescrito interior ou exteriormente.

24 *Decretum magistri Gratiani*, parte II, causa XXXIII, questão III, *distinctio* V, capítulo 6, in: *Corpus iuris canonici*, Graz, 1955, v. 1, col. 1241. O *Decretum Gratiani* é a compilação do direito canônico feita pelo monge camaldulense Graciano pouco depois de 1140.

84. A lei boa na qual se vive é o amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo²⁵.

85. Se fosse possível, a vontade de qualquer pessoa preferiria ser completamente livre e que não houvesse lei.

86. A vontade de qualquer pessoa odeia que a lei lhe seja imposta, a menos que deseje que lhe seja imposta por amor a si mesma.

87. Já que a lei é boa, não pode ser boa a vontade que é inimiga da lei.

88. Disso se evidencia claramente que toda vontade natural é iníqua e má.

89. A graça é necessária como mediadora que concilie a lei com a vontade.

90. A graça de Deus é dada para orientar a vontade, para que esta não erre também ao amar a Deus. Contra Gabriel Biel.

91. Ela não é dada para suscitar atos com maior frequência e facilidade, mas porque, sem ela, nenhum ato de amor é suscitado. Contra Gabriel Biel.

92. É irrefutável o argumento de que o amor seria supérfluo se, por natureza, o ser humano fosse capaz de um ato de amizade. Contra Gabriel Biel.

93. Perversidade sutil é dizer que fruir e usar constituem o mesmo ato. Contra Occam, o cardeal Pedro d'Ailly e Gabriel Biel.

94. O mesmo vale para a afirmação de que o amor a Deus subsiste mesmo ao lado de intenso amor pela criatura.

95. Amar a Deus significa odiar a si mesmo e nada saber além de Deus.

96. Nosso querer deve conformar-se em tudo à vontade divina. Contra o cardeal Pedro d'Ailly.

97. Não só devemos querer o que ele quer que queiramos, mas devemos querer absolutamente qualquer coisa que Deus queira.

Com isto nada queremos dizer nem acreditamos ter dito qualquer coisa que não esteja de acordo com a Igreja católica e os mestres da Igreja.

1517.

²⁵ Cf. Rm 5.5.

Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências¹

INTRODUÇÃO

As 95 teses, cuja afixação, a 31 de outubro de 1517, é comemorada anualmente como Dia da Reforma, de modo algum tinham a intenção de deflagrar um movimento. Lutero nada mais pretendia que o esclarecimento teológico de uma questão que o envolvia como cura d'almas e que tinha implicações para a piedade de seus paroquianos: a indulgência. A indulgência está relacionada ao Sacramento da Penitência. Na Penitência, esperavam-se o arrependimento do pecador, a confissão na presença de um sacerdote, a absolvição e a satisfação imposta. Na satisfação, o pecador deveria fazer reparação ou expiação por causa do castigo que o pecado acarretava. Era opinião corrente que o pecado não só acarretava culpa, mas também castigo. Esse castigo deveria ser assumido aqui na terra ou expiado no purgatório. Na Alta Idade Média e na Idade Média Tardia desenvolveram-se, em conexão com o Sacramento da Penitência e com o surgimento da doutrina das indulgências, doutrinas que diziam respeito a questões de direito divino e de direito eclesiástico, ao purgatório e ao "tesouro da Igreja". Este seria formado pelos méritos excedentes de Cristo e dos santos, podendo ser usado pela Igreja para conceder indulgências a terceiros. As indulgências, surgidas no século XI, diziam respeito, inicialmente, apenas aos castigos temporais impostos pela Igreja, mais tarde, aos castigos temporais que deveriam ser purgados no purgatório e, finalmente, também aos pecados de parentes já falecidos que estavam no purgatório. As opiniões dos teólogos divergiam bastante uma da outra, e, no início do século XVI, não havia a necessária clareza a respeito do assunto.

As indulgências tinham destacada importância sob o aspecto financeiro. A Cúria e o Estado papal dependiam em grande parte das rendas auferidas com a venda de indulgências. Muitos projetos eram financiados com a publicação de indulgências. No campo econômico, pode-se afirmar que as indulgências tinham a mesma função que, mais tarde, teriam os empréstimos. Para os fiéis, a indulgência era uma oportunidade de se protegerem do purgatório e do juízo eterno. Aqui, o desejo de salvação encontrado entre o povo vem ao encontro das necessidades financeiras da Cúria.

As críticas que Lutero tece nas 95 teses são oriundas de suas preocupações como cura d'almas, bem como de seu compromisso de, como doutor em Teologia, ter que zelar pela correta doutrina e pregação da Igreja. Suas críticas são possíveis, pois ainda não existem formulações dogmáticas acerca da questão. Por outro lado são corajosas, pois têm que enfrentar um uso muito difundido e o interesse financeiro da Cúria Romana.

Como foi possível que as teses para o *Debate para o esclarecimento do valor das indulgências* causassem tanta sensação? Elas não são radicais. Lutero não exclui toda e qualquer forma de indulgência; limita-a, no entanto, às penas temporais impostas

¹ *Disputatio pro declaratione virtutis indulgentiarum*, WA 1,233-8. Tradução de Walter O. Schlupp.